



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado
SECRETARIA DE GOVERNO

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 082/2020

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Cultura e Economia Criativa

UNIDADE: Fundação Padre Anchieta - FPA

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de justificativa legal para alegado tratamento desigual em entrega de dados. Adequado atendimento da demanda. Provimento negado.

DECISÃO OGE/LAI nº 082/2020

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Fundação Padre Anchieta - FPA, número SIC em epígrafe, para acesso a justificativa legal para alegado tratamento desigual em entrega de dados.
2. Em resposta e em recurso, o ente informou quais as justificativas foram utilizadas para o atendimento do caso em análise. Inconformado, o solicitante impetrou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. No caso em apreço, constata-se que a solicitação inicial não está amparada pela Lei de Acesso à Informação, sendo solicitada uma explicação quanto a providências tomadas pelo ente. No entanto, mesmo não sendo objeto da LAI, o órgão informou quais foram as justificativas que embasaram as decisões retrocitadas.
4. Nesse sentido, a Ouvidoria Geral do Estado e a Controladoria Geral da União possuem entendimento já firmado, asseverando que "a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).
5. À vista do exposto, tendo o ente respondido adequadamente à demanda, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º c/c artigo 22 da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais

Classif. documental

006.03.02.001



Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado

SECRETARIA DE GOVERNO

previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.

6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 27 de abril de 2020.

Vera Wolff Bava
Ouvidora Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado